



Nenhum real a menos

Centrais Sindicais propõem auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro

Começa já a pressão sobre o Congresso Nacional contra a medida do governo Bolsonaro que reduz o abono a R\$ 300

As Centrais Sindicais propuseram, desde o início da crise sanitária do COVID-19, a atuação coordenada do Estado (União, estados e municípios) e medidas para a proteção dos/as trabalhadores/as.

No início de março, apresentamos ao Congresso Nacional a proposta de um Abono Emergencial para proteger os/as trabalhadores/as mais vulneráveis, que trabalham por conta-própria ou como autônomos, os/as assalariados/as sem registro em carteira, trabalhadoras/es domésticas e todos/as que dependem dos programas de transferências de renda. Apresentamos também propostas para a proteção das empresas e dos empregos dos/as assalariados/as que sofreram os impactos do isolamento social.

Provamos que era necessário e possível, e o Congresso aprovou um Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, sendo ainda devido um Auxílio de R\$ 1.200,00 para a mãe chefe de família. Essa medida beneficiou mais de 65 milhões de pessoas, impedindo que caíssem na pobreza, criando uma proteção econômica efetiva para as famílias mais vulneráveis, bem como ajudou a sustentar o consumo de bens e serviços essenciais, em especial nas regiões mais pobres do país.

Considerando que os impactos sociais e econômicos da crise sanitária já se se provam muito mais longos do que os inicialmente prospectados, com efeitos dramáticos sobre os empregos e as ocupações, bem como sobre as empresas e a dinâmica econômica, consideramos essencial que as iniciativas continuem no sentido de sustentar a renda das pessoas e famílias, estendendo os efeitos positivos de proteção social e de manutenção da demanda das famílias.

Por tudo isso, as Centrais Sindicais rejeitam a medida anunciada nesta terça-feira (1º) pelo governo que reduz à metade o valor do auxílio emergencial; propõem e defendem que o Congresso Nacional prorogue até dezembro o benefício do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, com os mesmos critérios de acesso e para o mesmo universo de pessoas credenciadas que ainda necessitam do benefício.

Consideramos fundamental que os parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal qualifiquem o debate deliberativo sensibilizando todo o parlamento para a relevância da renovação desse benefício.

São Paulo, 01 de setembro de 2020.



Sérgio Nobre

Presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres

Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah

Presidente da UGT - União Geral dos Trabalhadores

Adilson Araújo

Presidente da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

José Calixto Ramos

Presidente da NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores

Álvaro Egea

Presidente da CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros